

Primeiro Ato: Uma Proposta Ambiciosa

Leandro Rothmuller
Economista-Chefe
leandrothmuller@bocombbm.com.br

O primeiro ato da batalha pela reforma da previdência se iniciou com a entrega da proposta de emenda constitucional (PEC) ao Congresso pelas mãos do presidente Jair Bolsonaro. A proposta surpreendeu positivamente em diversos aspectos: é bem desenhada do ponto de vista conceitual, ataca privilégios e endurece regras que já não mais estavam em linha com a realidade do país.

A estimativa da equipe econômica é de que a PEC gere uma economia fiscal de R\$ 1,1 trilhão ao longo de dez anos. O foco da proposta é atacar inequidades e injustiças do sistema atual com a criação de uma idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres (65 e 62 anos, respectivamente), a implantação de um sistema de contribuição progressiva, onde quem recebe mais paga mais, e um pareamento das regras para servidores públicos e privados. Ainda mais importante que a idade mínima é a regra de transição curta de 12 anos para o novo regime, inferior à transição de 20 anos da proposta apresentada pelo governo de Michel Temer.

A inclusão dos militares, ponto estratégico nas discussões de aprovação da reforma, ocorrerá em um futuro próximo por projeto de lei, cujos termos ainda não foram ventilados, a ser apresentado ao Congresso até o final do mês de março. O governo estima uma economia de R\$ 92 bilhões em dez anos apenas com este PL, totalizando portanto R\$ 1,2 trilhão para a reforma como um todo.

A aprovação da PEC na Câmara dos Deputados não deve ocorrer antes de junho, e a aprovação no Senado é esperada para o final do terceiro trimestre deste ano. A janela de votação da reforma não é essencial, pois seu impacto fiscal ocorre principalmente no médio prazo. Entretanto, será importante monitorar a tramitação da reforma no Congresso.

O primeiro desafio do Planalto será formar uma base governista sólida no Congresso, o que por enquanto não aconteceu. Entre a derrota na votação do decreto sobre o sigilo de documentos e a saída do ministro Gustavo Bebianno, uma importante ponte com o Congresso, o que sobressai é que o governo precisa aprender rápido a jogar o jogo político.

O segundo desafio será aprovar uma reforma que alcance uma economia fiscal suficiente para garantir a viabilidade do teto de gastos e estabilizar a dívida pública no médio prazo. A proposta do governo é muito ambiciosa, mas não sabemos o que sairá do Congresso.

Apesar dos inúmeros desafios, os mercados brasileiros seguem otimistas, pela solidez da proposta apresentada e sua abrangência. Eles já esperam que alguns itens da reforma sejam diluídos nas negociações com o Congresso e confiam que uma versão

do texto apresentado será aprovada com um impacto fiscal maior do que a reforma aprovada na Comissão Especial da Câmara durante o governo Temer, ou seja, maior que R\$ 500-600 bilhões.

Enquanto isso, a economia segue seu curso. A recuperação tem se mostrado mais lenta que o esperado, mas a melhora das condições financeiras e da confiança do setor privado deverá traduzir-se em mais crescimento à frente. O cenário inflacionário também permanece confortável, e a taxa de juros continuará estável ao longo de todo o ano. A consolidação desse cenário benigno continua a depender, porém, da aprovação da reforma da previdência.

PROJEÇÕES ECONÔMICAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019P	2020P
Crescimento do PIB (%)	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,3%	1,1%	1,1%	2,0%	3,0%
Inflação (%)	5,9%	6,4%	10,7%	6,3%	2,9%	3,7%	3,7%	3,7%
Taxa Selic (%)	10,00%	11,75%	14,25%	13,75%	7,00%	6,50%	6,50%	6,50%
Taxa de Desemprego (%)	6,8%	7,1%	9,6%	12,6%	12,4%	12,2%	11,0%	10,0%
Balança Comercial (US\$ bi)	3	-4	20	48	67	58	56	44
Saldo em Conta Corrente (US\$ bi)	-75	-104	-59	-23	-10	-13	-21	-38
Saldo em Conta Corrente (% do PIB)	-3,0%	-4,3%	-3,3%	-1,3%	-0,5%	-0,8%	-1,0%	-1,7%
Resultado Primário Fiscal (% do PIB)	1,7%	-0,6%	-1,9%	-2,5%	-1,8%	-1,6%	-1,3%	-0,7%
Dívida Bruta do Governo (% do PIB)	51,7%	57,2%	66,2%	69,4%	74,0%	76,7%	76,7%	77,2%